

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
Especialização *Lato Sensu* em Educação em Direitos Humanos

SUELY MARTINS COSTA

MANIFESTAÇÕES DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Diamantina (MG)

2024

SUELY MARTINS COSTA

MANIFESTAÇÕES DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação em Direitos Humanos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

Orientador: Matheus Silva Freitas

**Diamantina (MG)
2024**

Catálogo na fonte - Sisbi/UFVJM

C837m Costa, Suely Martins
2024 Manifestações da discriminação racial no ambiente escolar
[manuscrito] / Suely Martins Costa. -- Diamantina, 2024.
25 p.

Orientador: Prof. Matheus Silva Freitas.

Monografia (Especialização em Educação em Direitos
Humanos) -- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e
Mucuri, Curso de Especialização em Educação em Direitos
Humanos, Diamantina, 2024.

1. Discriminação racial. 2. Racismo. 3. Educação escolar.
4. Inclusão. 5. Racismo institucional. I. Freitas, Matheus
Silva . II. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e
Mucuri. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFVJM com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Este produto é resultado do trabalho conjunto entre o bibliotecário Rodrigo Martins Cruz/CRB6-
2886
e a equipe do setor Portal/Diretoria de Comunicação Social da UFVJM

SUELY MARTINS COSTA

MANIFESTAÇÕES DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação em Direitos Humanos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

Orientador: Matheus Silva Freitas

Data de aprovação: 28/11/2024

Banca Examinadora



Documento assinado digitalmente
MATHEUS SILVA FREITAS
Data: 28/11/2024 20:22:55-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Matheus Silva Freitas - Orientador
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)



Documento assinado digitalmente
EDILENE DE CÁSSIA JERÔNIMO
Data: 02/12/2024 16:25:16-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Edilene de Cássia Jerônimo – Examinadora externa
Universidade Federal de Viçosa (UFV)



Documento assinado digitalmente
LILLIAN FERREIRA RODRIGUES
Data: 02/12/2024 23:02:21-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Lillian Ferreira Rodrigues – Examinadora externa
Universidade Federal de Viçosa (UFV)

Diamantina (MG)

2024

RESUMO

Esta monografia aborda as formas que a discriminação racial assume no ambiente escolar. A partir de análise bibliográfica e autobiográfica, destaca-se as várias faces e tipos de discriminação racial, implícitas e explícitas, institucional e cotidianas, que ocorrem nas escolas brasileiras. Além disso, a monografia apresenta de forma resumida as principais legislações que permitem combater a discriminação racial escolar. Desse modo, a educação pode ser compreendida como uma esfera poderosa para promover a igualdade racial e a justiça social. A pesquisa evidencia que a preparação adequada dos educadores é fundamental para o reconhecimento e combate às diversas formas de discriminação racial no ambiente escolar. Conclui-se que a combinação de formação adequada, estratégias pedagógicas inclusivas e suporte de políticas públicas é essencial para criar um ambiente escolar inclusivo e equitativo.

Palavras-Chave: Discriminação Racial; Educação; Racismo; Inclusão.

ABSTRACT

This monograph addresses the forms that racial discrimination takes in the school environment. Based on bibliographical and autobiographical analysis, the various faces and types of racial discrimination, implicit and explicit, institutional and everyday, that occur in Brazilian schools are highlighted. In addition, the monograph presents in summary form the main laws that allow us to combat racial discrimination in schools. In this way, education can be understood as a powerful sphere for promoting racial equality and social justice. The research shows that adequate preparation of educators is fundamental for recognizing and combating the various forms of racial discrimination in the school environment. It is concluded that the combination of adequate training, inclusive pedagogical strategies and support from public policies is essential to create an inclusive and equitable school environment.

Keywords: Racial Discrimination; Education; Racism; Inclusion.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1 Justificativa.....	9
1.2 Experiência Pessoal.....	9
1.3 Metodologia	12
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
3. DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR.....	16
3.1. Manifestações de Discriminação na Escola	16
3.2 Formas de Discriminação Racial	18
3.3 Legislações para combate à discriminação racial na escola.....	20
4. CONCLUSÃO	21
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	22

1. INTRODUÇÃO

A discriminação racial nas escolas é a temática central desta monografia. Sendo assim, o objetivo da pesquisa foi compreender a discriminação racial no ambiente escolar, identificando as principais formas da discriminação racial escolar e quais as estratégias, como políticas e práticas, para combater esse tipo de discriminação.

Sabemos que a discriminação racial é uma questão persistente e complexa na sociedade contemporânea, manifestando-se de diversas formas, inclusive no ambiente escolar. Segundo Pastoriza e Borges (2020), a discriminação racial nas escolas brasileiras não apenas reflete, mas também perpetua as desigualdades sociais estruturais. Esse fenômeno é evidenciado por práticas e atitudes que marginalizam estudantes de grupos étnico-raciais minoritários, comprometendo sua autoestima e desempenho acadêmico (PASTORIZA; BORGES, 2020).

Para enfrentar esse desafio, é fundamental que as instituições de ensino adotem práticas pedagógicas inclusivas e antirracistas. Nunes et al. (2021) ressaltam a importância de um currículo que valorize a diversidade étnico-racial e promova a igualdade de oportunidades. A implementação de políticas educativas que incentivem o respeito às diferenças é crucial para a formação de cidadãos críticos e conscientes (NUNES et al., 2021).

Ademais, a formação continuada de professores é uma estratégia essencial no combate ao racismo escolar. Conforme Pastoriza e Borges (2020), muitos educadores ainda carecem de preparo adequado para lidar com questões étnico-raciais em sala de aula. A capacitação docente deve incluir o desenvolvimento de habilidades para identificar e combater práticas discriminatórias, além de promover um ambiente de aprendizado acolhedor e respeitoso para todos os alunos (PASTORIZA; BORGES, 2020).

Por outro lado, Nunes *et al.* (2021) destacam a relevância de projetos e atividades extracurriculares que fomentem a consciência e o respeito pela diversidade cultural. Tais iniciativas podem incluir debates, oficinas e eventos que celebrem a riqueza das diferentes culturas presentes na comunidade escolar, contribuindo para a construção de um espaço educacional mais justo e inclusivo (NUNES et al., 2021).

Finalmente, a família e a comunidade desempenham um papel crucial na luta contra o racismo escolar. Pastoriza e Borges (2020) argumentam que a colaboração entre escola, família e comunidade pode fortalecer as ações educativas voltadas para a inclusão e o respeito às diferenças. Esse trabalho conjunto é essencial para criar um ambiente educacional que valorize a diversidade e promova a equidade (PASTORIZA; BORGES, 2020, p.11).

Portanto, a contextualização do tema da discriminação racial no âmbito escolar, conforme discutido por Pastoriza e Borges (2020) e Nunes et al. (2021), sublinha a necessidade de uma abordagem multifacetada e colaborativa. A promoção de práticas pedagógicas inclusivas, a formação continuada de professores, o desenvolvimento de atividades extracurriculares e a integração da família e da comunidade são passos fundamentais para enfrentar e erradicar o racismo nas escolas brasileiras.

1.1 Justificativa

A discriminação racial no ambiente escolar é um problema de grande relevância social e educacional que demanda atenção urgente e ações efetivas. A escolha deste tema para a pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender e enfrentar as práticas discriminatórias que afetam negativamente o desenvolvimento acadêmico e pessoal de estudantes de grupos étnico-raciais minoritários. Segundo Pastoriza e Borges (2020), a discriminação racial nas escolas brasileiras contribui para a perpetuação das desigualdades sociais, impactando diretamente a autoestima e o desempenho acadêmico dos alunos (PASTORIZA; BORGES, 2020).

Além disso, a pesquisa visa divulgar quais são as estratégias para promover a inclusão e a equidade racial no ambiente escolar. Nunes et al. (2021) argumentam que um currículo que valorize a diversidade étnico-racial e a formação continuada de professores são essenciais para combater o racismo e promover um ambiente de aprendizado acolhedor e respeitoso (NUNES et al., 2021). Através desta pesquisa, espera-se identificar estratégias eficazes que possam ser adotadas pelas escolas para criar um ambiente educacional mais justo e inclusivo.

Em suma, a justificativa desta pesquisa reside na importância de compreender e combater a discriminação racial nas escolas brasileiras, identificando e promovendo práticas pedagógicas inclusivas, capacitando educadores, incentivando iniciativas extracurriculares e fortalecendo a colaboração entre escola, família e comunidade. Esses esforços são essenciais para a construção de um sistema educacional que valorize a diversidade e promova a igualdade de oportunidades para todos os estudantes.

1.2 Experiência Pessoal

Minha trajetória profissional é marcada por uma história de superação, onde o contexto familiar e social desempenhou papel fundamental. Nascida em uma família de poucos recursos, sou a caçula de seis filhos, filha de um pai branco e uma mãe parda, ambos

trabalhadores rurais sem escolaridade formal. Apesar da falta de oportunidades educacionais para eles, meus pais nunca mediram esforços para garantir que todos os filhos permanecessem na escola, priorizando a educação como meio de ascensão social.

Passei minha infância na zona rural, onde estudei até os nove anos de idade. Uma lembrança particularmente marcante dessa época foi o privilégio de ter a professora hospedada em nossa casa, o que, de certo modo, me desafiava a ter um desempenho acadêmico exemplar, pois a presença constante dela me impelia a evitar qualquer deslize. A vida simples e o convívio com os desafios do campo moldaram minha determinação, mas, ao mesmo tempo, começaram a delinear meu desejo por algo maior.

Aos dez anos, por volta do ano de 1979 junto de meus irmãos, mudamos para a cidade para que pudéssemos continuar os estudos. A transição para o ambiente urbano foi um momento divisor de águas. Embora tenha enfrentado muitas dificuldades de adaptação, essa mudança se revelou decisiva para o meu futuro acadêmico e profissional. O novo contexto expandiu minhas perspectivas, embora eu ainda não soubesse, naquele momento, qual caminho seguir.

Durante meus anos de Ensino Fundamental e Médio, raramente pensei em qual profissão eu seguiria. Para ser franca, a incerteza sobre meu futuro profissional era predominante, e sequer tinha certeza de que conseguiria concluir uma formação superior. Naquela época, cursei o Ensino Médio integrado ao curso Normal Magistério, uma escolha quase automática após a oitava série, que me introduziu ao mundo da educação.

Ao concluir o curso Normal Magistério, prestei concurso para atuar como professora de Educação Infantil na rede municipal de ensino. Essa foi minha primeira experiência profissional, e nela permaneci por cerca de dez anos. Durante esse período, senti a necessidade de ampliar meus conhecimentos e ingressei no curso de Pedagogia, na Fundação Educacional Nordeste Mineiro, em Teófilo Otoni, Minas Gerais, onde me especializei em Supervisão Escolar.

Após a conclusão da graduação e da especialização, prestei concurso para o cargo de Especialista em Educação, no qual fui aprovada. Assim, dei continuidade à minha trajetória no serviço público, mas agora com um olhar mais técnico e especializado. Esse período trouxe novos desafios e oportunidades de aprendizado, reforçando minha paixão pela educação.

Durante minha formação em Pedagogia, participei de um júri simulado, no qual desempenhei o papel de advogada. A experiência foi tão marcante que colegas me incentivaram a ingressar na faculdade de Direito. Mesmo hesitante no início, decidi aceitar o

desafio e, mais tarde, me tornei advogada. No entanto, minha atuação jurídica nunca se aproximou dos tribunais do júri; minha vocação permaneceu no campo da educação.

Ao longo de mais de três décadas de carreira na educação, tive a oportunidade de atuar desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Durante essa caminhada, vivi inúmeras experiências, algumas bem-sucedidas, outras nem tanto, mas todas contribuíram significativamente para o meu crescimento pessoal e profissional. A educação, para mim, sempre foi mais que uma carreira; foi um propósito de vida.

Ao revisitar minhas memórias dos anos iniciais de escola, noto que, naquela época, não me recordo de ter presenciado situações evidentes de discriminação racial entre colegas. Talvez minha inocência infantil tenha me blindado de perceber tais eventos. No entanto, à medida que avançava nos estudos, principalmente nos anos finais do Ensino Fundamental, comecei a notar apelidos e brincadeiras que, hoje, reconheço como formas de discriminação racial.

As brincadeiras racistas eram vistas como normais entre os estudantes, e raramente via alguma reação, tanto das vítimas quanto dos profissionais que deveriam intervir. Essa falta de ação refletia o estado de naturalização da discriminação na época. Infelizmente, essa mesma omissão de combate à discriminação racial continuou presente durante parte da minha carreira docente.

Ao atuar como professora e, posteriormente, como Especialista em Educação, presenciei situações explícitas de racismo nas escolas. Termos pejorativos como "fusão preto" e "urubu" eram frequentemente usados para humilhar alunos negros. Quando levados à direção escolar, esses casos, muitas vezes, eram tratados com desdém, perpetuando a normalização dessas atitudes.

Outro aspecto relevante que observei ao longo de minha carreira foi a ausência de representatividade da cultura afro-brasileira nos materiais didáticos e nas atividades escolares. Bonecas, príncipes e princesas brancas dominavam as representações, deixando de lado a diversidade étnica presente em nossa sociedade. A falta de inclusão contribuía para reforçar estereótipos e alimentar a exclusão de alunos negros.

A conscientização sobre a importância de combater o racismo no ambiente escolar é, sem dúvida, uma tarefa que deve ser iniciada precocemente e de forma conjunta. O currículo escolar não pode ser omissor. A formação profissional dos educadores precisa incluir capacitação adequada para lidar com essas questões de forma eficaz e humana.

Durante minha vida escolar, recordo apenas de palestras esporádicas sobre

discriminação racial. Na formação profissional, essa temática era igualmente subvalorizada, tratada superficialmente apenas em datas comemorativas. Isso revela uma lacuna preocupante no preparo dos educadores para enfrentar questões tão importantes.

Compreendo que a sociedade, assim como nosso olhar, está em constante transformação. A discriminação racial no ambiente escolar, infelizmente, ainda é uma realidade, mas acredito que é possível criar um ambiente mais acolhedor e igualitário. É essencial que os profissionais da educação ampliem seu conhecimento sobre o tema, de modo a promover abordagens mais eficazes, equilibradas e que valorizem o respeito mútuo desde a Educação Infantil.

1.3 Metodologia

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi a revisão de literatura, com o objetivo de analisar e sintetizar alguns estudos sobre discriminação racial no ambiente escolar. A revisão de literatura foi realizada por meio das seguintes etapas: **Seleção das Fontes de Pesquisa** – Foi realizada a consulta em bases de produções acadêmicas reconhecidas, como Google Scholar, Scielo, e periódicos especializados em educação e sociologia. **Coleta de produções** – A coleta foi realizada através de buscas nas bases de mencionadas, utilizando palavras-chave como "discriminação racial escolar". A seleção dos estudos foi feita a partir da leitura dos títulos, resumos e, posteriormente, dos textos completos. Foram selecionados artigos e outros documentos relevantes publicados nos últimos dez anos, para garantir a atualidade das discussões. **Análise e Síntese dos Dados** – Após a seleção dos trabalhos foi feita a leitura e reflexão sobre as questões de discriminação racial no ambiente escolar, elencando as principais formas que esse tipo de ação acontece na escola e as formas de combate.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A discriminação racial é um fenômeno complexo e multifacetado que se manifesta de diferentes formas nas sociedades contemporâneas. Segundo Garcia e Peruzzo (2020), a discriminação racial pode ser entendida como qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha como objetivo ou efeito anular ou prejudicar o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais (GARCIA; PERUZZO, 2020).

O conceito de discriminação racial também é abordado no contexto das relações internacionais. Santos et al. (2021) destacam que o regime internacional de combate à discriminação racial tem avançado significativamente, embora ainda existam muitos desafios a serem superados. As políticas e tratados internacionais, como a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, têm desempenhado um papel crucial na promoção da igualdade racial em âmbito global.

No ambiente escolar, o conceito de discriminação racial ganha uma dimensão prática e cotidiana. Nunes et al. (2021) enfatizam que as relações étnico-raciais na escola são permeadas por práticas de ensino que podem tanto perpetuar quanto combater o racismo. A discriminação racial no ambiente escolar se manifesta através de atitudes, comportamentos e políticas que marginalizam estudantes de determinados grupos étnico-raciais, comprometendo sua autoestima e desempenho acadêmico.

Historicamente, o conceito de raça tem sido utilizado para justificar discriminações e hierarquizações sociais. Da Silva et al. (2023) discutem a transição do racismo científico para o racismo social, destacando como conceitos pseudo-científicos de raça foram utilizados para legitimar práticas discriminatórias. Atualmente, a ciência repudia a noção de raças biológicas, reconhecendo que as diferenças raciais são construções sociais que têm profundas implicações nas relações humanas (DA SILVA et al., 2023).

Portanto, o conceito de discriminação racial é amplo e abrange diversas dimensões, desde as políticas internacionais até as práticas cotidianas nas escolas. Compreender esse conceito é essencial para desenvolver estratégias eficazes de combate ao racismo e promoção da igualdade racial em todos os âmbitos da sociedade.

A discriminação racial no Brasil possui raízes profundas e históricas, que remontam ao período colonial e à escravidão. Esse contexto histórico-cultural é crucial para compreender as dinâmicas de exclusão e desigualdade que persistem até os dias atuais. Da Silva e Souza (2023) discutem o conceito do "mito da democracia racial", que sugere que o Brasil é um país

livre de preconceitos raciais devido à sua miscigenação. No entanto, essa narrativa mascara as profundas desigualdades raciais existentes na sociedade brasileira. Segundo os autores, ao longo da história, a ideia de democracia racial foi utilizada para negar e invisibilizar a discriminação racial e suas consequências (DA SILVA; DE SOUZA, 2023).

A educação é um campo crucial na luta contra a discriminação racial. Diversas iniciativas e pesquisas têm buscado compreender e enfrentar o racismo no ambiente escolar, promovendo a igualdade racial através de ações afirmativas e práticas pedagógicas inclusivas.

Barros, Souza e Euclides (2022) realizaram um estado da arte das pesquisas sobre antirracismo na Educação Infantil entre 2013 e 2021. Eles destacam a importância de iniciar a educação antirracista desde os primeiros anos escolares, promovendo uma cultura de respeito e valorização da diversidade desde cedo. As pesquisas analisadas mostram que práticas pedagógicas antirracistas podem contribuir significativamente para a formação de crianças mais conscientes e inclusivas (BARROS; SOUZA; EUCLIDES, 2022).

Gomes, Silva e Brito (2021) discutem as ações afirmativas como medidas essenciais para promover a igualdade racial na educação. Eles argumentam que essas ações, como cotas raciais e programas de inclusão, são fundamentais para corrigir desigualdades históricas e oferecer oportunidades equitativas para todos os estudantes. As lutas e conquistas dessas políticas são evidentes, mas ainda há muitos desafios a serem superados para garantir sua efetiva implementação (GOMES; SILVA; BRITO, 2021).

Uma das formas de combate à discriminação racial na educação escolar diz respeito às propostas de educação antirracista, com um enfoque na valorização da cultura afro-brasileira e indígena. A Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas, é um marco importante nessa trajetória. Marçal e Lima (2024) e outros autores argumentam que a inclusão dessas culturas no currículo escolar é fundamental para a promoção da igualdade racial.

A escola é um microcosmo da sociedade e, como tal, reflete e reproduz as dinâmicas sociais presentes no mundo exterior. Gomes, Silva e Brito (2021) enfatizam que a escola desempenha um papel crucial na formação das identidades raciais e na promoção da igualdade racial. As ações afirmativas e as práticas pedagógicas inclusivas não apenas beneficiam os alunos diretamente, mas também têm um impacto mais amplo na sociedade ao promover valores de igualdade e justiça (GOMES; SILVA; BRITO, 2021, p. e258226).

Os desafios para implementar uma educação antirracista são muitos. Gomes, Silva e Brito (2021) identificam a resistência de alguns setores da sociedade e a falta de formação

adequada para os educadores como obstáculos significativos. Eles sugerem que a formação continuada e específica em questões raciais para professores é crucial para a efetividade das ações afirmativas (GOMES; SILVA; BRITO, 2021, p. e258226).

A inclusão de temas relacionados à história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar é um passo importante para a promoção da igualdade racial. Barros, Souza e Euclides (2022) destacam que essas iniciativas não apenas enriquecem o aprendizado, mas também ajudam a desconstruir estereótipos e preconceitos raciais desde a infância (BARROS; SOUZA; EUCLIDES, 2022).

A educação antirracista é uma ferramenta poderosa na luta contra a discriminação racial. As ações afirmativas, a formação adequada de educadores e a inclusão de conteúdos sobre diversidade étnico-racial no currículo são estratégias essenciais para criar um ambiente escolar mais justo e inclusivo. As contribuições de Gomes, Silva e Brito (2021) e Barros, Souza e Euclides (2022) oferecem pontuações valiosos sobre como enfrentar esses desafios e promover a igualdade racial na educação.

3. DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR

3.1. Manifestações de Discriminação na Escola

A discriminação racial no ambiente escolar é um problema persistente e multifacetado que afeta profundamente a vida dos estudantes. Existem várias formas de discriminação racial que ocorrem nas escolas, incluindo insultos raciais, exclusão social e estereótipos negativos. Essas práticas discriminatórias não apenas criam um ambiente hostil para os alunos de minorias raciais, mas também comprometem sua autoestima e desempenho acadêmico. A presença de preconceitos raciais nas interações diárias entre alunos e professores evidencia a necessidade urgente de políticas escolares eficazes contra o racismo.

A relação entre discriminação e justiça social na educação é explorada por Mateus et al. (2020), que utilizam narrativas de diversidade para ilustrar como as desigualdades raciais se manifestam no ambiente escolar. Eles argumentam que a educação deve ser uma força para a justiça social, promovendo a inclusão e a equidade. No entanto, isso só é possível quando as escolas reconhecem e enfrentam abertamente as questões de discriminação racial e se comprometem a promover um ambiente inclusivo (MATEUS et al., 2020).

De Jesus et al. (2020) apresentam múltiplas vozes sobre a reprodução das violências raciais no ambiente escolar, argumentando que a violência racial não se limita a agressões físicas, mas inclui também violência simbólica e psicológica. Essas formas de violência são frequentemente normalizadas dentro da cultura escolar, o que torna ainda mais difícil para as vítimas buscar apoio e justiça. Portanto, é essencial que as escolas desenvolvam mecanismos eficazes para identificar e combater todas as formas de violência racial (DE JESUS et al., 2020).

A discriminação racial nos esportes escolares também é uma questão significativa, conforme discutido por Dias, Leitão e Da Silva Moço (2023). Eles destacam que os esportes podem ser tanto um espaço de inclusão quanto de exclusão, dependendo de como são conduzidos. A discriminação racial nos esportes escolares pode se manifestar através da segregação de times, falta de representação de treinadores negros e estereótipos sobre as habilidades atléticas baseados na raça. Promover uma Educação Física inclusiva é, portanto, essencial para combater esses problemas (DIAS; LEITÃO; DA SILVA MOÇO, 2023).

Para enfrentar essas manifestações de discriminação, Tavares et al. (2022) sugerem que a inclusão de conteúdos sobre diversidade racial no currículo pode ajudar a promover uma cultura de respeito e igualdade. Eles argumentam que, quando os alunos são expostos a uma educação que valoriza a diversidade, eles estão mais propensos a questionar e desafiar as

práticas discriminatórias, criando uma atmosfera escolar mais justa e acolhedora (TAVARES et al., 2022).

Além disso, Ribeiro et al. (2023) discutem como o letramento racial pode ser integrado em todas as disciplinas escolares. Eles sugerem que, ao incorporar temas de diversidade racial em todas as áreas do conhecimento, os estudantes podem desenvolver uma compreensão mais profunda e abrangente das questões raciais. Isso não apenas enriquece o aprendizado, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa (RIBEIRO et al., 2023, p. 17667-17681).

De Jesus et al. (2020) destacam a importância de ouvir as vozes dos estudantes de minorias raciais. Eles argumentam que, para combater efetivamente a violência racial, é crucial compreender as experiências e perspectivas daqueles que são diretamente afetados por ela. Isso pode ser feito através de grupos de discussão, pesquisas e outros métodos de coleta de dados qualitativos, que fornecem insights valiosos sobre as dinâmicas de discriminação racial no ambiente escolar (DE JESUS et al., 2020).

A discriminação racial no ambiente escolar também tem implicações profundas para a saúde mental dos estudantes. Tavares et al. (2022) destacam que a exposição constante a práticas discriminatórias pode levar a problemas de saúde mental, como ansiedade e depressão. Eles argumentam que as escolas devem oferecer apoio psicológico adequado para os estudantes que enfrentam discriminação racial, garantindo que todos tenham acesso a recursos de saúde mental (TAVARES et al., 2022).

Dos Santos et al. (2020) sugerem que a formação de professores deve incluir um componente significativo sobre diversidade e inclusão. Eles argumentam que os professores precisam estar bem informados sobre as questões raciais e ser capazes de identificar e desafiar práticas discriminatórias em suas salas de aula. Esse tipo de formação é essencial para capacitar os educadores a promover um ambiente escolar inclusivo e equitativo (DOS SANTOS et al., 2020, p. 65-78).

Mateus et al. (2020) discutem a importância de parcerias entre escolas e organizações comunitárias. Eles argumentam que, ao trabalhar juntos, as escolas e as organizações comunitárias podem desenvolver programas e iniciativas que promovam a igualdade racial e apoiem os estudantes de minorias raciais. Essas parcerias são fundamentais para construir uma rede de apoio que vai além do ambiente escolar (MATEUS et al., 2020).

3.2 Formas de Discriminação Racial

A discriminação racial no ambiente escolar pode se manifestar de várias formas, afetando negativamente a experiência e o desenvolvimento dos estudantes. A tabela a seguir detalha as diferentes formas de discriminação racial que podem ocorrer no ambiente escolar.

Forma de Discriminação	Descrição	Exemplos	Referências
Discriminação Explícita	Atos abertos e intencionais de discriminação racial.	Insultos raciais, comentários ofensivos, piadas depreciativas.	Dos Santos et al. (2020)
Discriminação Implícita	Atitudes e comportamentos sutis que perpetuam estereótipos raciais.	Expectativas baixas sobre desempenho acadêmico de alunos negros, falta de representação positiva nos materiais didáticos.	Ribeiro et al. (2023)
Segregação Formal	Políticas que direcionam alunos de diferentes raças para diferentes turmas ou programas.	Alocação de alunos negros em turmas de "nível inferior".	Mateus et al. (2020)
Segregação Informal	Socialização que resulta em separação racial sem políticas explícitas.	Grupos de alunos de diferentes raças que raramente interagem em refeitórios e playgrounds.	De Jesus et al. (2020)
Violência Simbólica	Práticas que desvalorizam ou ignoram culturas e histórias de minorias raciais.	Exclusão de conteúdos afro-brasileiros e indígenas do currículo escolar.	De Jesus et al. (2020)
Microagressões	Pequenos atos de desrespeito ou insensibilidade racial que acumulam hostilidade.	Comentários como "Você é muito inteligente para um negro".	Ribeiro et al. (2023)
Discriminação nos Esportes	Práticas discriminatórias dentro dos programas de esportes escolares.	Segregação de times com base na raça, estereótipos sobre habilidades atléticas.	Dias, Leitão e Da Silva Moço (2023)
Discriminação Institucional	Políticas e práticas escolares que, mesmo não intencionalmente racistas, resultam em desvantagens para alunos de minorias raciais.	Menor financiamento e recursos em escolas localizadas em comunidades negras.	Gomes, Silva e Brito (2021)
Falta de Representatividade	Ausência de professores negros e indígenas e conteúdos que valorizem essas culturas.	Currículos sem a inclusão de história e cultura afro-brasileira e indígena.	Barros, Souza e Euclides (2022)
Baixa Expectativa Acadêmica	Redução das expectativas em relação ao desempenho acadêmico de alunos de minorias raciais.	Desencorajamento para participação em programas avançados.	Dos Santos et al. (2020)

A discriminação racial se manifesta de muitas formas no ambiente escolar, e eu tive a oportunidade de presenciar essas situações ao longo da minha trajetória. Cada uma delas me fez refletir profundamente sobre o impacto que essas atitudes têm sobre as crianças e como a escola, que deveria ser um espaço de acolhimento e aprendizado, pode acabar reforçando estereótipos e preconceitos.

A primeira forma de discriminação que presenciei foi o racismo explícito através de insultos diretos. Em uma das turmas que lecionei, havia um menino chamado João, que era um dos poucos alunos negros da sala. Os colegas o chamavam de "churrasquinho" e "fusão preto" quase todos os dias. Quando João reclamava para a direção, os funcionários minimizavam o ocorrido, dizendo que eram apenas brincadeiras de mau gosto, e nada mais. João foi se fechando, tornando-se cada vez mais tímido, e sua autoestima claramente despencou ao longo do ano letivo. Lembro-me de uma vez que ele, com lágrimas nos olhos, me perguntou por que as pessoas o tratavam assim. Essa foi uma das experiências que me fez ver como o racismo é doloroso e muitas vezes invisível para aqueles que não o vivenciam.

A segunda forma de discriminação racial que observei foi a exclusão cultural. Em muitas das festas escolares e eventos culturais, as músicas, danças e figuras representadas eram quase sempre de origem europeia ou norte-americana. Numa dessas festas, uma colega sugeriu que as meninas negras fizessem uma apresentação de samba, reforçando o estereótipo de que o lugar das mulheres negras era o entretenimento. Eu me senti incomodada, pois percebia que havia uma insistência em limitar as possibilidades de representação da cultura negra, como se as contribuições afro-brasileiras à cultura nacional se resumissem ao samba e à dança. Mais uma vez, a riqueza cultural africana e afro-brasileira era ignorada, e as crianças negras não se viam representadas de forma diversificada.

A terceira forma de discriminação racial que presenciei foi mais velada, mas igualmente prejudicial: a falta de expectativa em relação ao sucesso dos alunos negros. Em uma reunião de professores, me lembro claramente de uma conversa onde uma colega dizia que "não adiantava insistir muito" com um determinado aluno, pois ele vinha de uma família humilde e "não tinha futuro". Esse aluno, Rafael, era um menino negro extremamente inteligente, mas percebia-se que não recebia o mesmo incentivo e reconhecimento que os demais. A discriminação aqui se manifestava de maneira quase invisível, através da baixa expectativa em relação às suas capacidades, algo que ele certamente percebia, mesmo que nunca fosse dito diretamente a ele.

Essas três formas de discriminação – insultos racistas, exclusão cultural e expectativas

limitadas – são apenas exemplos de como o racismo permeia o ambiente escolar de maneira explícita e implícita. Cada uma dessas experiências me marcou profundamente, e eu as trago comigo como um lembrete constante da importância de lutar por um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo e justo para todos.

3.3 Legislações para combate à discriminação racial na escola

Existe um conjunto de normativas que foram aprovadas ao longo dos anos que, de forma ou outra, contribuem para combater as discriminações raciais. Essas legislações foram aprovadas depois de muitas pressões de protestos antirracistas como os do movimento negro. A implementação de políticas e práticas educacionais antirracistas é essencial para combater a discriminação racial nas escolas. A tabela a seguir resume quais são essas principais legislações, a começar da Constituição Federal de 1988 e com destaque para a legislação que torna obrigatório ensino da história e cultura afro-brasileira.

Legislação	Descrição	Ano
Constituição Federal	A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 5º, inciso XLII, considera o racismo um crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão.	1988
Lei nº 7.716	Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor e estabelece punições.	1989
Lei nº 10.639	Torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio, públicas e privadas.	2003
Decreto nº 4.887	Regulamenta os procedimentos para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.	2003
Lei nº 11.645	Torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Indígena nas escolas de ensino fundamental e médio, públicas e privadas	2008
Lei nº 12.288	Institui o Estatuto da Igualdade Racial, que visa garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades e a defesa dos direitos étnicos individuais e coletivos.	2010
Lei nº 12.711	Conhecida como Lei de Cotas, reserva 50% das vagas em universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia para estudantes de escolas públicas, com recorte para negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.	2012
Lei nº 13.005	Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, que inclui metas para a promoção da igualdade racial na educação.	2014

O combate à discriminação racial é uma questão fundamental nas legislações brasileiras, especialmente as destinadas a enfrentar a discriminação racial no âmbito educacional.

A Constituição brasileira é um marco fundamental na proteção dos direitos humanos e na promoção da igualdade. O artigo 5º assegura que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza", e o artigo 3º estabelece como um dos objetivos fundamentais da República a luta contra a discriminação.

A Lei 7.716/1989 define os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem. Ela tipifica condutas discriminatórias e estabelece penas para os infratores. Este é um instrumento essencial na luta contra a discriminação racial, pois proporciona uma base legal para a responsabilização de práticas discriminatórias.

A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas de educação básica. Essa legislação é um marco importante na promoção da diversidade e inclusão no currículo escolar brasileiro, visando à valorização da cultura africana e afro-brasileira e à conscientização sobre a importância da luta contra o racismo e a desigualdade racial.

Apesar do avanço que a Lei nº 10.639/2003 representa, sua implementação ainda enfrenta diversos desafios, como a resistência em alguns setores da sociedade, a falta de formação adequada para professores e a necessidade de materiais didáticos que reflitam as contribuições da cultura afro-brasileira. Além disso, a lei precisa ser acompanhada de políticas públicas que garantam a sua efetividade nas escolas.

O Decreto nº 4.887, de 20 de Novembro de 2003, tem um papel significativo no contexto da igualdade racial e na promoção dos direitos humanos no Brasil. Ele estabelece o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e define diretrizes para a política de promoção da igualdade racial, visando combater a discriminação e a desigualdade enfrentadas pela população afro-brasileira.

A Lei 11.645, de 10 de março de 2008, é um marco importante para a educação e a promoção da cultura indígena e afro-brasileira no Brasil. Essa legislação altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996) e estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos das escolas de educação básica.

Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) Este estatuto é um avanço significativo na promoção dos direitos de todos os cidadãos, especialmente dos negros. Ele estabelece diretrizes para a promoção da igualdade racial e prevê ações afirmativas em setores como educação, saúde, cultura e trabalho.

A Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, estabelece a política de cotas nas instituições federais de ensino superior e nas escolas técnicas federais do Brasil. O principal objetivo dessa legislação é promover a inclusão social e a diversidade étnico-racial nas universidades, contribuindo para a correção de desigualdades históricas enfrentadas por determinados grupos da população.

Embora enfrente desafios e críticas, também trouxe avanços significativos na diversificação do ambiente acadêmico e na discussão sobre desigualdade social e racial no país. A continuidade das discussões sobre sua implementação e eventual aprimoramento são essenciais para que os objetivos de inclusão e diversidade sejam efetivamente alcançados.

A lei 13.005 de 2014 aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, contempla metas para a promoção da igualdade racial na educação, contribuindo para combater o racismo, o preconceito e a discriminação racial e de reduzir as desigualdades raciais.

Apesar dos avanços legais, a efetividade dessas legislações depende da sua implementação prática e da conscientização da sociedade. O combate à discriminação racial requer não apenas a criação de leis, mas também ações educativas, políticas públicas integradas e a mobilização da sociedade civil. O fortalecimento das instituições e o envolvimento da população são cruciais para vencer essa luta e garantir um futuro mais justo e igualitário para todos.

4. CONCLUSÃO

A luta contra o racismo nas escolas é uma tarefa difícil, mas necessária, que exige o compromisso de educadores, gestores escolares, estudantes, famílias e a comunidade em geral. Este estudo destacou a importância da educação como uma ferramenta poderosa para combater o racismo e promover a inclusão. Os educadores desempenham um papel crucial nessa missão, sendo indispensável que estejam bem-preparados e capacitados para reconhecer e enfrentar as diversas formas de discriminação racial.

A formação contínua dos professores é essencial para que possam aplicar estratégias pedagógicas inclusivas e eficazes. Isso inclui a utilização de materiais didáticos diversificados, a promoção de debates e discussões sobre temas raciais, e a incorporação de conteúdos sobre a história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares. Além disso, a implementação de projetos escolares e comunitários que envolvam a participação ativa dos alunos e da comunidade pode reforçar a conscientização e a valorização da diversidade.

As leis e políticas públicas, como a Constituição Federal, a Lei nº 7.716, a Lei nº 10.639, entre outras, fornecem uma base legal sólida para a promoção da igualdade racial nas escolas. No entanto, a efetividade dessas leis depende da sua implementação prática e do comprometimento de todos os atores envolvidos no processo educacional.

Em suma, a educação antirracista deve ser um esforço contínuo e colaborativo. A combinação de formação adequada, estratégias pedagógicas inclusivas, e o suporte de políticas públicas robustas é fundamental para criar um ambiente escolar que valorize a diversidade, promova a igualdade e prepare os alunos para se tornarem cidadãos conscientes e críticos. Somente assim poderemos avançar na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado e crescimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANDEIRA, Elisangela; Gotuzzo, Laura Braga. "Racismo Estrutural no Mercado de Trabalho Brasileiro: Iniciativas Inclusivas como Forma de Combate." *Ciências Sociais*, Volume 27, Edição 128, Novembro 2023.
- BARROS, Tainara Batista; SOUZA, Rita de Cássia de; EUCLIDES, Maria Simone. O estado da arte das pesquisas sobre antirracismo na Educação Infantil (2013-2021). **Práxis Educativa**, v. 17, 2022.
- BENEDITO, Marcos Ferreira et al. Percepção de discriminação cotidiana entre estudantes do curso de medicina de uma universidade pública do Estado de Minas Gerais. 2020.
- BROCH, Marina. Histórico do futebol feminino no Brasil:: considerações acerca da desigualdade de gênero. **Temporalidades**, v. 13, n. 1, p. 695-705, 2021.
- CARVALHO, Uiliam Alves de. Racismo no contexto escolar. 2022.
- DA SILVA, Kayo Rodrigo Santiago; DE SOUZA, Pedro Ramon Pinheiro. Mito da democracia racial: análise do contexto histórico cultural do Brasil. **Brazilian Journal of Development**, v. 9, n. 05, p. 17759-17771, 2023.
- DA SILVA, Otavio Henrique Ferreira et al. DO RACISMO CIENTÍFICO AO RACISMO SOCIAL: O CONCEITO DE “RAÇA” NAS RELAÇÕES HUMANAS. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 14, n. 40, p. 410-428, 2023.
- DE JESUS, Ailton de Sena et al. MÚLTIPLAS VOZES SOBRE UM MESMO PROBLEMA: A REPRODUÇÃO DAS VIOLÊNCIAS RACIAIS NO AMBIENTE ESCOLAR. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 2, n. 6, 2020.
- DE PAULA, Aline Batista. Serviço Social, educação e racismo: uma articulação necessária. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 45, 2020.
- DIAS, Daiany Ferreira; LEITÃO, Gislane Nunes; DA SILVA MOÇO, Priscila. Discriminação racial nos esportes: uma discussão pertinente à Educação Física Escolar. In: **Congresso de Ensino Pesquisa e Extensão-CONEPE**. 2023.
- DOS SANTOS MORAES, Luzia Fernanda; JUNIOR, Henrique Cunha. Práticas educacionais antirracistas no ensino superior jurídico: contextualizando a persistência do racismo estrutural e suas implicações. **Ibero-American Journal of Education & Society Research**, v. 4, n. 1, p. 77-85, 2024.
- DOS SANTOS, Emanoela Maria Freire et al. PRECONCEITO RACIAL: SITUAÇÕES DE DISCRIMINAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR. **Revista em Favor de Igualdade Racial**, v. 3, n. 3, p. 65-78, 2020.
- DOS SANTOS, Mário Alves; DOS SANTOS, Sérgio Pereira. As Práxis Pedagógicas e seus Desafios Frente o Marco Legal para a Educação Antirracista. In: **Anais Estendidos do XXIX Seminário de Educação**. SBC, 2021. p. 287-294.

FELISBINO, Eliane; SANTOS, Marcos Rogério dos; LIMA, Silvia Maria Amorim. Percepção dos estudantes que abandonaram a educação superior: olhares diversos para o impacto dos fatores da evasão. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 16, 2022.

GARCIA, Isabella; PERUZZO, Pedro Pulzatto. A aplicação do conceito de discriminação racial nas Recomendações Gerais e Relatórios anuais do Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Racial da ONU. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 10, n. 1, p. 241-259, 2020.

GIROTO, Giovani; DE PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira. A EDUCAÇÃO NO COMBATE AO RACISMO E A XENOFOBIA NO BRASIL. **Revista Em Favor de Igualdade Racial**, v. 7, n. 1, p. 85-97, 2024.

GOMES, Cleidiane Colins; VIDEIRA, Piedade Lino. Limitações da política educacional antirracista implementada pela Divisão Étnico-Racial da Secretaria Municipal de Educação de Macapá-AP. **Práxis Educativa**, v. 17, 2022.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; BRITO, José Eustáquio de. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. e258226, 2021.

MARÇAL, José Antonio; LIMA, Silvia Maria Amorim. **Educação escolar das relações étnico-raciais:: história e cultura afro-brasileira e indígena no Brasil**. Editora Intersaberes, 2024.

MARTINS, Debora Andrade Chagas. Busca de práticas pedagógicas de professores do ensino médio: racismo e intolerância na escola. 2021.

MATEUS, Sandra et al. Discriminação e justiça social na educação: narrativas de diversidade em ambiente escolar. 2020.

NUNES, Patrícia Gouvêa et al. Relações étnico-raciais e escola: práticas de ensino para o enfrentamento ao racismo. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 18, n. 56, p. 211-232, 2021.

OLIVEIRA, Eliany Nazaré et al. Características da Experiência de Discriminação Racial entre Estudantes Universitários. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 7, n. 14, p. e141007-e141007, 2024.

PASTORIZA, Ronildo Neumann; BORGES, Michele Andréia. Discriminação racial no âmbito escolar. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 9, p. 68506-68521, 2020.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista: Para familiares e professores**. Planeta, 2023.

RIBEIRO, Elberto Teles et al. O impacto do letramento racial na redução das desigualdades no ambiente escolar. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, v. 16, n. 9, p. 17667-17681, 2023.

SANTOS, Karine Cristina et al. Regime Internacional de Combate à Discriminação Racial: avanços e limites da questão racial nas relações internacionais institucionalizadas. 2021.

SEGUNDO, Paulo Roberto Marques. Educação, Fascismo e Racismo. In: **EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE: TENSÕES E DESAFIOS-VOLUME 2**. Editora Científica Digital, 2022. p. 38-52.

SOUZA FILHO, Edmundo Fernandes; MARTINS, Edna. Contribuições da teoria histórico-cultural para a compreensão das questões raciais na educação escolar. **Educação e Pesquisa**, v. 48, p. e239195, 2022.

SOUZA, Pedro Gomes Almeida de et al. Perfil socioeconômico e racial de estudantes de medicina em uma universidade pública do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, p. e090, 2020.

TAVARES, Cirléia Regina et al. Ensino religioso na rede pública: contribuições no enfrentamento à discriminação racial na escola Religious education in the public network: contributions to combating racial discrimination at school. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 12, p. 112405-112425, 2021.

TAVARES, CIRLÉIA REGINA et al. Ensino Religioso no contexto da rede pública de Vila Velha: contribuições no enfrentamento à discriminação racial no ambiente escolar. 2022.

TEIXEIRA, Joice Pereira Andrade; MOURAD, Laila Nazem; DELAPORTE, Maya Constance Manzi. Racismo ambiental e territorialidade: elementos para uma educação ambiental contra hegemônica nas escolas. 2022.

UCHÔA, Márcia Mara de Souza Alves. Impactos da comunicação e da interseccionalidade entre raça e surdez na permanência dos/as estudantes surdos/as negros/as no ensino superior. 2022.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. "Estados se formaron en procesos violentos en los que éstos dominaron a otros Estados o sociedades por medio de proceso análogos y lo que es más grave, lo siguen haciendo, o sea, se siguen cometiendo crímenes de Estado." 2012.